

5. Discussão

Os capítulos anteriores nos mostram o processo de desterritorialização sofrido por diferentes povos na história mundial que ocorreu desde o começo da colonização europeia até os dias atuais. Concordamos com Haesbaert (2009), quando ele afirma que todo processo de desterritorialização vem acompanhado de um processo de reterritorialização.

Os povos ameríndios que não foram completamente dizimados ao longo da história, como é o caso dos nativos que habitavam o Haiti na chegada de Cristovão Colombo na América, sofreram grandes mudanças culturais quando entraram em contato com outros povos. Foram expulsos muitas vezes de seu território e obrigados a viver de outra maneira. Muitos desapareceram dizimados, ou foram completamente absorvidos pela cultura dominante e outros foram traçando com estratégias onde puderam se adaptar.

No Brasil desde o começo da colonização portuguesa as terras foram doadas para alguns donatários escolhidos pelo Rei de Portugal ignorando as populações indígenas que aqui habitavam. Essa lógica que favorece o latifúndio vem se reproduzindo até hoje em muitos países, tanto no campo quanto nas cidades traduzidas pela imensa desigualdade social existente tanto a nível mundial quanto dentro dos países ditos subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”.

As reações a essa lógica territorial e cultural dominante vem ocorrendo ao longo de toda história de formas diferentes surgindo o que chamamos de movimentos de resistência, como foi demonstrado no capítulo dois. Atualmente muitos movimentos que contestam a imposição cultural dominante surgem em todo o mundo, contestando os valores que homogeneizam todos os povos no modelo ocidental, capitalista e moderno. Como afirma Santos (1996) no processo de globalização atual também percebemos um movimento de afirmação e valorização de identidades.

Esses movimentos que acontecem atualmente e chamamos de movimentos contemporâneos de resistência possuem diferentes tipos de reivindicação: resgate cultural, luta pela menor desigualdade social, reforma agrária, entre outros. Apesar de possuírem muitas vezes reivindicações de caráter diverso, possuem

algumas semelhanças como a valorização das minorias, das identidades e a articulação em redes que acontecem dentro dos próprios movimentos ou se relacionando com outros grupos que têm como fator principal a contestação da lógica cultural, social, econômica e territorial dominante.

Ao analisar a trajetória dos Guaranis percebemos claramente esse processo de desterritorialização, tanto no sentido físico, onde foram obrigados a migrar abandonando suas terras devido a construção de cidades ou a presença de grandes plantações no lugar das florestas como ocorreu no Sul do Brasil, quanto no sentido simbólico quando foi decidido pelo governo brasileiro que as tribos indígenas deveriam ocupar terras demarcadas pelo próprio governo, sem respeitar valores culturais fundamentais, que no caso dos Guaranis é a busca da terra sem males.

Dentro desse processo os Guaranis precisaram reinventar-se a todo tempo, isso está presente no discurso do Cacique Darci quando ele afirma que ‘é preciso viver os dois mundos’. Essa nova forma de se relacionar entra em contradição com a opinião de alguns moradores, o fato deles terem computador e celular faz com que eles não sejam mais índios.

Ao longo de mais de quinhentos anos desde a chegada dos portugueses, o Brasil vem se construindo como uma nação, construindo uma identidade cultural própria e de valores sociais que mudam ao longo da história e vão se tornando cada vez mais complexos de acordo com a complexidade da própria sociedade. A própria identificação das diferentes etnias que ocupavam o território que hoje é chamado Brasil se denominarem todos como índios, é uma construção que ocorreu após a chegada dos europeus e que necessitou de uma reformulação na identidade desses povos. É o que Hall (2006) denominou de culturas híbridas. O grupo estudado no estudo de caso, por exemplo: eles são brasileiros, índios e guaranis M’byos. Dentro de todas as mudanças eles se identificam e são identificados como Guaranis por manterem dois aspectos: a religião e a língua.

Na entrevista com o cacique podemos perceber uma articulação em rede com essas diferentes identidades quando ele afirma que várias lideranças indígenas se reuniram em Fortaleza para contestar a construção da usina de Belo

Monte e conta que houve uma reunião com lideranças Guaranis de diversos países para estudar seu território.

A escolha pela ocupação da aldeia na praia de Camboinhas não foi aleatória, ele afirma que passou dez anos estudando cemitérios indígenas desde Cabo Frio até o Rio de Janeiro. Muitos já estavam ocupados, por isso Camboinhas foi escolhida. A lógica utilizada para escolha difere da lógica territorial dominante que possui sua dinâmica a partir da compra e venda da terra. Essa articulação de ideias foi construída como resultado de vários movimentos que ganharam força após o fim da repressão política com o término da ditadura militar. O fortalecimento das etnias indígenas que como foi citado no subcapítulo 2.3.3 vem ocorrendo desde 1978. O estudo dos Guaranis para demarcar terras ocupadas e a participação de membros da aldeia nas reuniões que ocorriam em Parati para articular a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Populações Tradicionais quando, muitos Guaranis que residem hoje em Camboinhas ainda residiam na aldeia de Parati-Mirim (Itaxi), são experiências que certamente contribuíram bastante para que eles pudessem romper com a lógica dominante e ocupar uma área não demarcada. E principalmente, para poderem construir um discurso coerente para tornar possível essa reivindicação.

O local escolhido possui um caráter bastante singular por se localizar em uma área metropolitana, bastante valorizada que sofre com um processo de especulação imobiliária forte. Essa escolha resultou em uma convivência próxima de duas realidades diferentes. Através das entrevistas podemos perceber valores intrínsecos dos atores que estão envolvidos no conflito.

Um aspecto importante foi o fato de a aldeia ter sido incendiada em 2008, mostrando que mesmo nos dias atuais os movimentos de resistência ainda são tratados com violência que ocorrem sem a devida punição. Os responsáveis pelo incêndio nunca foram indiciados.

Na entrevista com o presidente da associação de moradores a SOPRECAM, percebemos alguns valores que permeiam a lógica de ocupação dominante quando ele afirma que:

Toda a ocupação indevida, a Soprecam é contra, independente de religião raça etc. , Cada coisa deve estar no seu lugar e não haver uma paulúrdia habitacional, na qualidade de vida, na preservação do ambiente. Porque ali é uma área de preservação ambiental. E ali não existe condição dos índios sobreviverem. Eles estão fazendo uma coisa contra a região e contra eles próprios. Eles devem ficar num local onde tenha sua sobrevivência e ali não dá para eles terem sua sobrevivência normal.

Esses valores indicam que os índios ou deveriam estar numa reserva que alguém destinou para eles por achar que seria o melhor para os próprios índios e para os moradores. Pois se acaso não concordassem com isso, deveriam respeitar a lógica dominante, onde a terra é comprada e vendida.

Outro fator que percebemos na entrevista do presidente da SOPRECAM, de muitos moradores e da secretária de urbanismo é a meta de preservação ambiental. Comandulli (2010) afirma que os Guaranis têm se visto cada vez mais confrontados por conflitos gerados pela sobreposição de unidades de conservação com suas áreas de ocupação tradicional, sendo considerados uma ameaça a proteção da natureza. Esse é um fator desterritorializante atualmente, não só para os Guaranis, mas para muitas outras populações tradicionais que residem na área de mata atlântica. Em contrapartida a esse discurso preservacionista, Darci afirma que está lutando para que as terras que ainda possuem terras indígenas possam ser preservadas.

A opinião da maioria dos moradores mostra essa busca pela preservação ambiental quando afirma que gostariam que a área ocupada pelos índios fosse uma reserva ambiental, sendo essa a prioridade também presente no discurso da secretária de urbanismo. Segunda a secretária de urbanismo de Niterói ali, é uma área de Marinha, essa afirmação foi feita também pelo representante da FUNAI. Segundo o presidente da SOPRECAM, uma parte da área ocupada é de Marinha e outra propriedade particular. Talvez isso justifique a ação movida pelas construtoras contra a presença da aldeia. Esse receio com a construção de mais edifícios perto da praia está presente na entrevista da maioria dos moradores, inclusive alguns afirmam que ‘é melhor ter índio do que prédio’. A pesquisa não levantou a situação fundiária da área focando apenas nos valores sociais e culturais dos entrevistados em relação ao conflito. O trecho abaixo encontrado no

blog do partido socialista PSOL denuncia a investida de algumas construtoras da região.

Uma empresa construtora, se dizendo proprietária das terras protegidas no entorno da laguna de Itaipu, tenta há duas semanas entrar a força no espaço indígena para realizar medições da área. Os índios guaranis da Aldeia Guarani Mbyá de Camboinhas, que lá vivem e defendem o espaço considerado sagrado por eles, tem sido ameaçados e coagidos a permitir a entrada dos supostos empresários que lá chegam rodeados de dezenas de seguranças particulares.

O local reivindicado para a construção de centenas de prédios de apartamentos é área úmida da laguna, ue, além de protegida pelo Código Florestal Brasileiro, está dentro dos atuais limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca e contém o milenar sambaqui Duna Pequena, apontado como solo sagrado pelo o povo indígena. A empresa que travava batalha judicial era a Pinto de Almeida, que foi derrotada e agora ao que parece passou as terras para esta outra empresa, a Wrobel Construtora S.A que, desconsiderado o processo judicial e toda a legislação que protege o local, tenta arbitrariamente retirar os índios e tomar posse do local (PSOL, 2011).

A complexidade do conflito se reflete na opinião dos moradores. Dos cem moradores entrevistados 36% são contra a presença dos índios, 43% são á favor e 21% são indiferentes ou não sabem. Refletindo que existe uma tendência da população de Camboinhas, que é importante lembrar que são moradores de classe média alta em sua maioria a rejeitar a presença dos índios, é importante enfatizar que essa opinião não é unânime. A diferença entre os moradores que são contra e à favor é de 7%.

Essa complexidade reflete-se também na gestão da área pelos governantes. Leis estaduais, municipais e federais estão sobrepostas como afirma um trecho do Projeto Orla :

Semelhante aos conflitos legais que envolvem a laguna de Itaipu apresenta uma gama de situações jurídicas nas instâncias municipal, estadual e federal em consequência de legislações não reconhecidas na prática e sobreposição das áreas de atuação dos órgãos institucionais. A não continuidade, por parte do poder público das iniciativas de intervenção no local vem provocando uma indefinição quanto ao tipo e localização dos vários usos que lá apresentam, acarretando o impedimento de ações fiscalizadoras. Ainda há tempo de intervir, direcionando todas as tendências, corrigindo todas as disfunções, entretanto faz-se necessário intervenção conjunta entre órgãos federais, municipais estaduais e comunidade local (Secretaria de Urbanismo de Niterói, 2011).

Essa contradição presente nos órgãos governamentais está enfatizada quando a União entrou com uma ação contra a presença da aldeia sendo, portanto, contra a FUNAI que é um órgão governamental regido pela União. Eles chegaram a uma conciliação já que a própria União não pode entrar com uma ação contra ela mesma. Isso garantiu a presença da aldeia até que uma solução seja apresentada pela FUNAI.

Trechos de algumas leis que atuam no local se encontram em anexo e mostram que mesmo as leis não possuem uma postura unânime em relação a ocupação do local, enfatizando a mudança de valores da sociedade. O conflito estudado é um exemplo entre muitos outros, de grupos que buscam novas configurações sociais e que se deparam com uma sociedade que precisa reavaliar seus valores e conseqüentemente repensar sua postura e suas leis. Em quinhentos anos de história desde o começo da formação do Brasil, muitas realidades se sobrepuseram no mesmo território, diferentes territorialidades coexistem sendo reflexo de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa e precisa se constantemente repensada para que o estado se torne realmente democrático.